



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADO:</b> Utopia Empreendimentos Educacionais e Culturais		<b>UF:</b> RJ
<b>ASSUNTO:</b> Consulta sobre carga horária de cursos superiores		
<b>RELATOR(A):</b> Vilma de Mendonça Figueiredo		
<b>PROCESSO(S): Nº(S):</b> 23001.000048/2001-01		
<b>PARECER Nº</b> <b>CNE/CES</b> 575/2001	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> 04/04/2001

**II – VOTO DO(A) RELATOR(A)**

A Assessoria Educacional da Utopia Empreendimentos Educacionais e Culturais consulta o CNE sobre carga horária de Cursos Superiores.

O questionamento apóia-se no Parecer 05/97 da CEB/CNE, no Artigo 47 da Lei 9.394/96 e em acordos sindicais para caracterizar “grande confusão para o atendimento de grandes interesses: horas é igual a hora-aula, hora-aula diurna é igual a hora-aula noturna, hora de aula é igual a hora sindical, logo hora é igual a hora-sindical.”

Estabeleça-se, antes de tudo, a seguinte preliminar: hora é período de 60 (sessenta) minutos, em convenção consagrada pela civilização contemporânea, não cabendo ao legislador alterá-la sob pena de afetar as bases mesmas de sociabilidade entre indivíduos, grupos, sociedades.

Considerando os instrumentos legais em vigor que tratam do assunto, particularmente o Artigo 47 da Lei 9.394/96, é clara a afirmação do ano letivo regular para educação superior, como contendo, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo.

O conceito de trabalho acadêmico efetivo, central para questão aqui tratada, compreende atividades acadêmicas para além da sala de aula, como atividades em laboratório, biblioteca e outras.

Finalmente, cabe ressaltar que a hora-aula ajustada em dissídios trabalhistas, a “hora-sindical” , diz respeito exclusivamente ao valor salário-aula, não devendo ter repercussão na organização e funcionamento dos cursos de educação superior.

Brasília(DF) , 04 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo- Relator(a)

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice Presidente